



Estado do Ceará  
**CÂMARA MUNICIPAL DE UMIRIM**  
**PARECER TÉCNICO**

**Órgãos:** Comissões Parlamentares de Justiça, Legislação e Redação Final

**Assunto:** Análise de proposições legislativas

**Autor:** Prefeito Municipal de Umirim

**Regime de Tramitação:** Ordinária.

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. ANÁLISE DE PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA.

I. Proposições legislativas amparadas nos dispositivos da Constituição Federal de 1988, com iniciativa de Lei resguardada pela norma fundamental.

II. Formatação do projeto de lei que atende as regras da Lei Complementar nº 95 de 1988.

III. A proposição legislativa sob análise reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa.

IV. Parecer recomendando a tramitação

**1. RELATÓRIO:**

Trata-se de análise técnica acerca das proposições legislativas a seguir apresentadas:

- Projeto de LEI Nº 017/2023, de Autoria do Poder Executivo que "Dispõe sobre a criação do Programa do Bem- Estar Animal no âmbito do Município de Umirim-CE, na forma que indica e dá outras providências."

A assessoria jurídica apresentou parecer a respeito das matérias, opinando por sua regular tramitação.

É o breve relatório.

**2. FUNDAMENTAÇÃO:**

*[Handwritten signatures in blue ink]*

*[Handwritten signature in blue ink]*





Estado do Ceará  
**CÂMARA MUNICIPAL DE UMIRIM**

**2. FUNDAMENTAÇÃO:**

**2.1 Dos Projetos de Leis: Formalidade (LC nº 95/1998).**

As proposições legislativas em epígrafe estão aptas a participar regularmente do devido processo legislativo, previsto na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno, por preencherem as condições constitucionais e legais vigentes de admissibilidade.

Quanto às proposições legislativas, entendemos que preenchem parcialmente os requisitos formais contidos na LC nº 95/1998 e na Constituição Federal de 1988, senão vejamos:

**a) Objetos:**

- Dispõe sobre a criação do Programa do Bem- Estar Animal no âmbito do Município de

Umirim-CE, na forma que indica e dá outras providências.

**b) Iniciativa:** Poder Executivo, previsto no Art. 30, I e art. 61 da Constituição Federal;

**c) Parte preliminar:** O projeto de lei compreende a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;

**d) Parte normativa:** O projeto de lei apresenta o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada, articulada corretamente e as disposições normativas redigidas com clareza, precisão e ordem lógica;

**e) Parte final:** O projeto de lei consta as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação;

Portanto, o aspecto financeiro e orçamentário da matéria não afronta as legislações orçamentárias e da constitucionalidade, nada temos a opor a aprovação do projeto.

**3. VOTO DA RELATORIA:**

Diante do exposto, considerando que os projetos revestem-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, também merecem igual acolhimento, concluímos o parecer recomendando a tramitação do Projeto de Lei nº 017/2023 de autoria do Prefeito Municipal .

É o parecer.

Sub censura da Comissão.

Umirim/CE, aos 20 de junho de 2023.





Estado do Ceará  
**CÂMARA MUNICIPAL DE UMIRIM**

---

Ver. Francisco Jaisinho Mendes de Andrade

RELATOR

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÕES PARLAMENTARES DE JUSTIÇA,  
LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL.

Aos 20 de junho de 2023, no Plenário da Câmara Municipal de Umirim, reuniram-se os membros da Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final, Vereadores Francisco Narcelio uchoa Pinheiro, Francisco Jaisinho Mendes de Andrade e Cicero Sousa Costa, para apreciar o Projeto de Lei nº 017/2023. Colocado em votação o parecer da relatoria, a comissão aprovou por unanimidade, reconhecendo a constitucionalidade e determinando a remessa dos autos à Presidência da Mesa Diretora, consoante parecer verbal da assessoria jurídica representada pelo Sr. Tiago Aguiar Abreu Portela Barroso, recomendando a tramitação da matéria. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a presente reunião.

Francisco Narcelio Uchoa pinheiro

PRESIDENTE

Francisco Jaisinho Mendes de Andrade

RELATOR

Cicero Sousa Costa

MEMBRO